

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**Projeto de Lei n.º 836, de 2003**  
(Do Deputado Bernardo Ariston)

Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências.

### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º :

*Art. 1º - Os bancos de dados de dados e cadastros relativos aos consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.*

*Parágrafo único – Para efeito do que dispõe essa Lei, entende-se por cadastrado ou cadastrando toda pessoa física ou jurídica que esteja, respectivamente, registrada ou na iminência de sê-lo nos bancos de dados de proteção ao crédito.*

#### Justificação:

Os termos *cadastrando* e *cadastrado* são mais adequados ao escopo deste Projeto de Lei do que os termos *consumidor* ou *usuário de serviços*, uma vez que os atos legislativos devem encontrar em sua destinação ampla abrangência.

Caso seja aprovada a utilização dos termos *consumidor* ou *usuário de serviços*, restarão excluídas da aplicabilidade do Projeto, por exemplo, as pessoas físicas (autônomos, microempresários) e jurídicas que adquirem produtos para servir de insumo para suas atividades comerciais, as quais não podem ser classificadas, nessa hipótese, como consumidoras ou usuárias de serviços.

Certo é, porém, que as pessoas citadas no exemplo anterior podem vir a inadimplir suas obrigações comerciais, estando tal fato sujeito a registro nos bancos de dados de proteção ao crédito. Devido a não aplicabilidade do Projeto a tais pessoas, dispondo de forma distinta sobre fatos inerentes àqueles que se encontram em situação semelhante, há ofensa ao princípio da igualdade.

O emprego do vocábulo *cadastrado* ou *cadastrando*, por abranger todas as pessoas físicas e jurídicas, torna desarrazoado qualquer questionamento no tocante à aplicabilidade das disposições contidas nesse Projeto de Lei a quem quer que possua personalidade e cartão de CPF ou CNPJ, pacificando e conferindo maior segurança às relações sociais e comerciais.

Sala das Sessões, em                      de setembro de 2004

Deputado Paes Landim  
(PTB/PI)